

Circulação de debates e práticas educativas no jornal “Correio de Minas” (1894-1914).

Cíntia Borges de Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, Brasil.
cintiaborgesalmeida@yahoo.com.br

Marcelo Gomes da Silva
Universidade Federal Fluminense - RJ, Brasil.
marcelogomes.dasilva@yahoo.com.br



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

Os jornais produzidos no Brasil nos séculos XIX e XX, conforme assinalam Inácio, Santos e Jinzenji (2010), tinham como princípio o projeto iluminista de difundir os valores e ideias a fim de educar o público leitor dentro de um projeto civilizatório. Autodenominados *difusores das luzes*, os periódicos podem ser analisados como uma arena de debates, composta por uma diversidade de campos e temáticas. Partindo desse pressuposto, o objetivo desse estudo consiste em refletir acerca dos debates e práticas educativas divulgados no jornal “Correio de Minas”, considerado como um importante veículo ilustrador do jogo político mineiro e divulgador das “mazelas educacionais” no início republicano. Justifica-se a escolha pelo “Correio de Minas” devido sua significativa circulação noticiada nos almanaques de Minas Gerais, como também pela sua localização na cidade de Juiz de Fora, segundo Araújo (1916) destacada como “uma das mais modernas e a mais importante de Minas” naquele momento. A divulgação dos debates educacionais pelo periódico foi significativa para a análise de diferentes projetos de ensino para Minas Gerais. Foi possível observar discursos, estratégias, *jogos de verdade*. O jornal representou um instrumento de poder e de persuasão daquilo que se desejava reproduzir.

Palavras-chave: Debates educacionais. Práticas educativas. Correio de Minas. Juiz de Fora.

Movement of debates and educational practices in the journals “Correio de Minas”

Abstract

The newspapers produced in Brazil in the 19th and 20th centuries, as demonstrated by Inácio, Santos e Jinzenji (2010), were first the enlightenment project of spreading the

values and ideas in order to educate the readership within a project of civilization. So-called "light diffusers, the journals can be analyzed as an arena of debate, composed of a diversity of fields and topics. The aim of this study is to reflect on the discussions and educational practices published in the newspaper "Correio de Minas", regarded as an "important political game Illustration mining vehicle" and promoter of "educational deficiencies" at the beginning of the Republic. The choice by "Correio de Minas" was due to its significant movement reported in the almanacs of Minas Gerais, as well as by its location in the city of Juiz de Fora, according to Araújo(1916), highlighted as "one of the most modern and the most important of Mines" at that time. The dissemination of educational debates by the journal was significant for the analysis of different educational projects for Minas Gerais. It was possible to observe discourses, strategies, "real games". The newspaper was an instrument of power and persuasion of what if he wanted to play.

Keywords: Educational debates. Educational practices. Correio de Minas. Juiz de Fora.

Circulación de debates y prácticas educativas en el periódico "Correio de Minas" (1894-1914)

Resumen

Los periódicos producidos en Brasil en los siglos XIX y XX, conforme señalan Inácio, Santos y Jinzenji (2010), tenían como principio el proyecto iluminista de difundir los valores e ideas a fin de educar al público lector dentro de un proyecto civilizatorio. Autodenominados *difusores de las luces*, los periódicos pueden analizarse como una arena de debates, compuesta por una diversidad de campos y temáticas. Partiendo de ese presupuesto, el objetivo de este estudio consiste en reflexionar acerca de los debates y prácticas educativas divulgados en el periódico "Correio de Minas", considerado como un "importante vehículo ilustrador del juego político minero" y divulgador de las "máculas educacionales" en el inicio republicano. Se justifica la elección del "Correio de Minas" debido a su significativa circulación noticiada en los almanaques de Minas Gerais, así como también por su localización en la ciudad de Juiz de Fora, según Araújo (1916) destacada como "una de las más modernas y la más importante de Minas" en aquel momento. La divulgación de los debates educacionales por el periódico fue significativa para el análisis de diferentes proyectos de enseñanza para Minas Gerais. Fue posible observar discursos, estrategias, *juegos de verdad*. El periódico representó un instrumento de poder y de persuasión de aquello que se deseaba reproducir.

Palabras clave: Debates educacionales. Prácticas educativas. Correio de Minas. Juiz de Fora.

1 Introdução

Entre os vinte estados que se constituem a República dos Estados Unidos do Brasil, Minas Geraes é o quinto em superfície e o primeiro em população. E si melhor orientação houvera presidido em tempos passados à divisão do território colonial, de modo a ter um littoral no Atlântico, muito mais brilhante e próspera seria a situação actual de Minas (ARAÚJO, 1916, p. G. 27)¹.

Minas Gerais teve um papel “significativo na escolarização e no projeto civilizatório nacional” (ALMEIDA, 2012, p.75). A cidade de Juiz de Fora, como partícipe da estruturação de território, política e governo mineiro, foi vila até 1850, e denominada cidade em 1856, destacando-se como “uma das mais modernas e a mais importante de Minas” (ARAÚJO, 1916, p.273) no final do século XIX e início do XX, com uma população em torno de 98.000 a 100.000 habitantes, sendo a mais populosa do estado, apesar de seu território ser menor que muitas outras cidades de Minas. Somente na área urbana sua população era de mais de 20.000 habitantes. Esse número é bastante representativo, considerando que a população mineira, à época, era de 4.505.424 habitantes - esse número é o maior entre todos estados, sendo quase o dobro da população de São Paulo, que era de 2.500.000, e da Bahia, que possuía por volta de 2.250.000 habitantes – população distribuída em 178 municípios, de acordo com o censo apresentado pelo autor supracitado (ARAÚJO, 1916, p.145, grifos nossos)².

As considerações apresentadas anteriormente exprimem um significado relevante para esse trabalho. Trata-se de contextualizar o espaço a ser trabalhado, justificando que, essa suposta importância de Juiz de Fora, explique sua escolha para análise do papel da imprensa na divulgação do projeto civilizatório e de escolarização.

¹ De acordo com o Parecer do Conselho Superior de Instrução Pública (Valladares Ribeiro; Magalhães Pinto; S.C Rabello; Ana Guilhermina Candida de Carvalho; A. Joviano), reunido em sessão de 11 de maio de 1907, foi aprovado a *Geographia de Minas Geraes e Noções de História do mesmo estado*, escrito por Francisco Lentz de Araújo, julgando o trabalho “o melhor que tiveram em relação á matéria nelle tratada e de urgente necessidade de adopção nas escolas primárias do estado, principalmente como livro de consulta aos professores”. O livro foi publicado em 1916, em Belo Horizonte, pela Typographia official do Estado de Minas Geraes.

² De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a população em Minas Gerais no ano de 1872, 1890, 1900 e 1910 tratava-se de 2.101.689; 3.184.099; 3.594.471; e 4.479,689 habitantes, respectivamente. Fonte: Anuário Estatístico do Brazil, 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927.

Imprensa que se configurava no período como um dos principais meio de comunicação na cidade, na medida em que:

[...] assumia funções informativas, de entretenimento, comercial, de propaganda, publicidade, sociais, e, sobretudo, políticas. Os principais diários da cidade mantinham correspondentes em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e na Europa, trazendo notícias de todo o Brasil e do Mundo. Era o principal meio dos moradores se informarem sobre o que acontecia de importante (ARAUJO, 2007, p. 47).

Percebemos que a imprensa da *Atenas de Minas*³ foi muito reveladora para o estado mineiro. Sobre a temática, Araújo assinalava:

IMPrensa – Publicam-se diversos jornaes em 96 municípios mineiros, sendo alguns diários, como O Pharol, o Jornal do Commercio e o Correio de Minas, de Juiz de Fora, além dos da capital. Alguns são de grande formato; há diversos semanaes e poucos bi-semanaes. Alguns municípios tem tido um grande número de periódicos [...] (ARAÚJO, 1916, p.161).

Atentando-nos à citação anterior, podemos perceber que a imprensa se tornava um espaço de circulação de notícias, ideias, discursos, capaz de agir e atingir grande número da população. Os jornais de Juiz de Fora tiveram essa intenção. Foram responsáveis pela propagação de vários discursos que se intentava divulgar pela população mineira, dentre eles, discursos oficiais, intelectuais, protestos, reivindicações. Seja lá qual fosse seu objetivo, os jornais devem ser pensados como espaços estratégicos de poder, de convencimento.

A importância que a imprensa, enquanto suporte/instrumento, foi conquistando entre os historiadores é destacada por Maria Helena Capelato (1994). A autora alerta para os cuidados iniciais que devemos ter ao utilizar esse tipo de fonte e propõe algumas indagações a respeito do jornal utilizado: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados para *conquistar* o leitor?

³ Epíteto dado por Arthur Azevedo (jornalista, poeta, contista e teatrólogo) pelo grande destaque cultural, seja por meio dos espetáculos que recebia, pelo número de periódicos que circulavam a época, ou pelo número de escolas presentes na cidade (OLIVEIRA, 1981).

O uso dos jornais como fonte requer algumas atenções, como apontado neste trabalho, ao mesmo tempo, expede algumas ressalvas, pois quem escreve qualquer texto para ser publicado em algum jornal, o faz com a consciência de que esse espaço é inerentemente público. Ou seja, o jornal, por sua circulação ou por sua função informativa, possui um caráter publicizador. Mas, ao tornar pública uma opinião ou apresentar um texto qualquer em um espaço de caráter abrangente e que envolvia outros leitores e pessoas, expunha-se a debates provenientes de retaliações, críticas, aprovações e desaprovações.

Esse conjunto de informações permite refletir a respeito do significado que a imprensa de Juiz de Fora ocupou nessa busca constante de modernização e civilização. Circulavam na cidade 48 periódicos entre diários, semanais e bissetimanais, com o intuito de divulgar o projeto civilizatório e a formação de movimentos fundamentais que auxiliariam o cumprimento das metas idealizadas (ALMEIDA, 2012). Os movimentos plantados nos princípios da formação moral, cívica, intelectual e para o trabalho, por exemplo, serão aqueles que se destacarão e apoiarão mutuamente, tendo na escola um dos caminhos para a efetivação dos mesmos. A partilha, difusão e legitimação de tais princípios eram consideradas fundamentais para governar/gerir a população brasileira.

2 A educação na Imprensa

A infância era vista como a camada principal da sociedade para receber os ensinamentos e hábitos educacionais e de higiene⁴. Ela havia se tornado uma preocupação estatal e para a sociedade.

A manutenção da infância em discurso ocorre, portanto, com a agregação de novos elementos. Ao lado da economia, a defesa da sociedade, mais do que a defesa das individualidades das crianças, é eleita como razão para a

⁴ Segundo o Censo demográfico de 1900, havia no Brasil uma população de 17.438.434 *habitantes*, sendo que, entre esses, 4.647.036 estavam compreendidos *em idade escolar* (5 a 14 anos), ou seja, 26,6% da população faziam parte dessa camada da sociedade que consistia numa emergência para o Estado. Outro dado relevante é que 12.939.753 habitantes declararam não saber ler e escrever, o que revelava que 74% da *população brasileira eram analfabetas* (grifos nossos). Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v.8, 1948 – inserir nas referências.

proteção da infância. Ameaça ou presságio adjetivam os excluídos, aspectos que fundamentam a intervenção do Estado, qualificando o problema da infância ora como questão do Estado ora como “magno problema social” (GONDRA, 2004, p.106).

Enquanto um dos movimentos desse projeto civilizatório, a proteção à infância era um problema social a ser enfrentado. Consistia numa emergência zelar pela sua instrução e saúde, mesmo porque isso afetava toda a sociedade. A intenção de um projeto/modelo pelos governantes de instrução e adaptação de novos hábitos e costumes permite pensarmos que essa criança levaria esses ensinamentos e recomendações para dentro de sua casa, interferindo também nos hábitos do restante de sua família. A criança se conscientizaria em preocupar-se com sua saúde, com as condições físicas do ambiente em que vivia, com a higiene desses espaços e corpos ali inseridos. Para Silva (2009) a intervenção escolar estava vinculada, também, a essa tentativa de propagação de hábitos e condutas desejáveis para a população.

Pode-se afirmar que a intervenção escolar apostava, em certo sentido, num redimensionamento das interações estabelecidas no ambiente urbano carioca. Isso porque, com alguma frequência, os adultos também deveriam aprender com as crianças os modos adequados de agir, ter cuidados preventivos com a saúde, comer, portar-se em público etc. – fosse por meio do que observavam, do que escutavam daquilo a que tinham de se sujeitar, diariamente, para enviar seus filhos às escolas de modo a atender às exigências prescritas nas regulamentações do ensino, fosse através daquilo que os escolares “corrigiam” e aconselhavam sobre os seus comportamentos cotidianos (SILVA, 2009, p.216).

A escola tornava-se, nesse projeto, um instrumento de governo para a população. Essa instituição teria a função de propagar tais preocupações, que se intensificavam devido ao processo de imigração, pauperização da população urbana, das modificações observadas no âmbito de uma sociedade em movimento acelerado pelas transformações capitalistas. Sendo uma questão social, da mesma forma que os primeiros teóricos da educação do século XX buscavam implantar os princípios do escolanovismo com a proposta de educação para todos e preparação para o trabalho decorrente do processo de industrialização, também os médicos higienistas ampliavam suas ações, estendendo cada vez mais ao espaço escolar os ideais de higienização da população brasileira (BORGES, 2006, p.6).

Com isso, a imprensa foi reconhecida como um dos veículos indispensáveis nesse movimento de formação moral, cívica, intelectual e para o trabalho. Ela foi apresentada como uma fonte fecunda para o entendimento da educação no Brasil, mais precisamente, em Minas Gerais. O processo de construção da nação brasileira deve muito aos jornais, folhas e revistas que participaram ativamente da luta pela adoção de um estatuto de modernidade.

Assumindo a função de divulgadora da capacidade da escola em transformar o caráter e a conduta da população, nessa missão de propagação “a imprensa foi sem dúvida, uma das principais estratégias utilizadas pelos intelectuais para difundir os seus discursos civilizatórios e legalistas” (FARIA FILHO; SALES, 2009, p.28), como se pode observar no fragmento selecionado:

Não queremos dizer, que todos os homens devam ou possam ser médicos, matemáticos, juriconsultos, etc., porém asseveramos, que se deve dar a todos os homens a maior massa de conhecimento a que cada indivíduo se destina (...). Mas há certos ramos de instrução, que são compatíveis com todos os empregos no que se distingue o homem da criação bruta (...) (O UNIVERSAL, 1825, apud FARIA FILHO; SALES, 2009, grifos nossos).

O fragmento selecionado a partir do jornal *O Universal* contribui para pensar a forma como as políticas educacionais estavam sendo propagadas pela imprensa; assim como, nos permite chamar atenção para a modalidade de instrução voltada para a população - instrução primária; como também indica a função da educação. Não se esperava que a instrução popular formasse médicos, mas que esse nível de instrução eliminasse vícios, acabasse com a desordem, diminuísse a criminalidade; assim como, agisse diretamente em seus hábitos e condutas.

3 O jogo político nas páginas do *Correio de Minas*

Nas três décadas finais do século XIX, “Juiz de Fora se preparou para ser a cidade “mais importante” de Minas Gerais, título que sustentou até os primeiros anos da década de 1930, quando passou a perder gradativamente para Belo Horizonte, que se desenvolvia” (OLIVEIRA, 1981, p.25). Nesse período, as indústrias se multiplicavam

da mesma forma que as atividades culturais. Pela sua “fama de opulência, progresso e cultura” muitos jornais apresentaram trajetórias significativas na cidade, ocupando espaços privilegiados junto ao governo de Minas. No final do século XIX, cinco novos jornais foram criados na cidade, exercendo sensível impacto no estado. Foram eles: *Diário de Minas*, em julho de 1888; *Gazeta da Tarde*, em abril de 1889; *Lar Católico*, em fevereiro de 1889; *Correio de Minas*, em maio de 1894 e, *Jornal do Commercio*, em dezembro de 1896.

“O combate à monarquia suscitou o jornalismo republicano” (OLIVEIRA, 1981, p.35), de modo que o *Correio de Minas* se destacou nesse tipo de jornalismo político. Embora já houvesse passado “a fase da propaganda, o periódico era fervorosamente republicano”. Assim sendo, o tabloide torna-se bastante interessante para buscarmos os discursos marcantes nesse novo momento, como também, apresenta-se como uma fonte importante para analisarmos como a instrução estava sendo discutida, qual sua relevância nos debates políticos, como a obrigatoriedade do ensino foi encarada e quais eram os agentes que buscavam espaço e voz, utilizando da imprensa como uma ferramenta para legitimar seus interesses.

A imprensa como difusora das ideias sugere que se observe um elo entre suas ações, política e poder. Novos estudos vêm sendo realizados acerca do papel da imprensa. A tentativa é superar a perspectiva de estudar a imprensa como portadora de fatos e verdades. Acredita-se que a imprensa constitui memórias de um tempo, mas, também, desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios. “O redimensionamento da imprensa como fonte documental possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos” (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p.11), relações que vinculam representações culturais e práticas de poder.

Nas páginas dos jornais analisados se pode perceber um quadro político que, os atores que nele estavam envolvidos, ao mesmo tempo em que divulgavam as *mazelas do ensino*, procuravam apontar *soluções e remédios* para seus problemas. Dentro desse quadro, expressaram figuras políticas, agentes participantes do governo, que exerceram uma função destacável na historiografia. Afinal, o que e a quem eles representavam? Quais eram seus objetivos? Se pensarmos suas ações na imprensa, podemos defender a hipótese de denúncia ou seria melhor entendermos suas atitudes

como meras atuações? Entendendo seus discursos como representações de uma realidade, *jogos de verdade* como Foucault (2001) nos sugere, compreendemos tais preleções como parte de um jogo político, de cartas marcadas e simulações que nos estimula a investigá-lo, levantar pistas, observar os indícios deixados, problematizá-los e, assim, encontrar possíveis respostas para tantas indagações⁵. É o que tentamos fazer a partir da análise do *Correio de Minas* nesse espaço de circulação de ideias.

O jornal *Correio de Minas*⁶ foi um periódico de circulação diária e de considerável reconhecimento em Minas Gerais no início republicano, fundado por Estevam de Oliveira, “autodidata que veio a ser prestigioso latinista, vigoroso polemista e defensor das ideias republicanas” (OLIVEIRA, 1981, p.28).

Estevam de Oliveira teve Heitor Guimarães como companheiro na fundação do jornal e fez desse periódico *um arauto de suas ideias*, que principiara a defender em 1891, no jornal *Minas Livre*, juntamente com Henrique Vaz, um dos fundadores do efêmero Banco popular de Minas Gerais, em 1891.

O *Correio de Minas* começou trissemanário e tinha Lindolfo Gomes como seu redator literário. Em 1895, passou a ser diário, sofrendo breve interrupção, em 1897, e outra, em 1898. Foi suspensa sua circulação em 1899, e restabelecida em 1904. Em 1913, passou às mãos de Inimá e Itagyba de Oliveira, filhos do fundador. De acordo com Marília Kappel:

[...] mesmo com seu afastamento, devido a problemas de saúde, Oliveira visitava diariamente a redação para orientar os trabalhos do jornal, só deixando de fazê-lo após a morte de seu filho Dr. Itagyba em 1923, motivo que o fez abandonar completamente o jornalismo (KAPPEL, 2010, p.27).

⁵ Michel Foucault analisa a verdade, os discursos e o conhecimento em seu livro “A verdade e as formas jurídicas”. Dentre suas reflexões, o autor faz com que pensemos sobre os jogos estratégicos alcançados pelo discurso, ou seja, o uso de vários elementos para nos induzir a determinada resposta ou pensamento. Para ele, “o discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outros” (FOUCAULT, 2001, p.9). Seguindo a linha de pensamento de Nietzsche, Michel Foucault infere que o conhecimento tenha um caráter perspectivo. Ou seja, o “conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado”, ou ainda, tem um caráter “parcial, oblíquo, perspectivo” (FOUCAULT, 2001, p.25). A imprensa sendo uma construção do homem, obedecendo aos interesses do mesmo, pode ser entendida como um instrumento estratégico, um jogo de verdades, um instrumento de poder.

⁶ No acervo do Centro de Memórias da Biblioteca Murilo Mendes, em Juiz de Fora, o primeiro exemplar do *Correio de Minas* disponível trata-se do dia 02 de outubro de 1895, assim como, o último encontrado consiste no dia 31 de dezembro de 1941. Acerca dessa fonte deve ser destacado que O *Correio de Minas* havia sido criado em 1881, embora o jornal tenha passado para a direção e propriedade de Estevam de Oliveira apenas em 1894, como afirmou Oliveira (1981). Cabe ressaltar a descontinuidade do acervo: há lacunas em alguns anos do período citado, das quais as mais consideráveis encontram-se entre os anos de 1900 a 1904 e de 1909 a 1915.

Em 1922, o tabloide circulava sob a direção desses dois sucessores de Estevam de Oliveira e tinha como redatores Sales Oliveira, advogado, professor e, mais tarde, membro do Tribunal de Contas do Estado e da Academia de Letras (OLIVEIRA, 1981, p.28). No ano de 1928, Edmundo Lys e Lage Filho o arrendaram, mudando de proprietário novamente em 1929, adquirido por Severino Costa, industrial e político, que o colocou a serviço da Aliança Liberal, com Paulino de Oliveira na chefia da redação e Sales Duarte e Alves Júnior como redatores. Parou de circular em 3 de outubro de 1930, e, mais adiante, passou às mãos de Ulisses Fabiano Alves. “Durou até 1949, quando era seu proprietário o jornalista Albertino Gonçalves Vieira”, tendo o *Correio de Minas* passado por várias orientações políticas sob a direção de Lage Filho, Edmundo Lys e Sales Duarte (OLIVEIRA, 1981, p.28).

O jornal em questão trouxe, ao longo dos anos, inúmeras matérias sobre a instrução primária e as necessidades de reforma para esses ramos de ensino, sendo considerado um jornal de explanação e de circulação dos ideais propostos no período estudado. As colunas *Pela Instrução*, *Factos e Notas* e *Factos em Fóco*, recorrentemente, abordavam o tema da instrução em Minas Gerais, no Brasil, como também traziam informações sobre a instrução em outros países.

A educação teve forte visibilidade nas páginas do *Correio de Minas*. Ao manusearmos as páginas do impresso para analisar suas matérias diárias, foi possível identificar um papel significativo dado à temática educacional. As mais recorrentes notícias incluíram alguns debates particulares, como a preocupação com a frequência escolar e a obrigatoriedade do ensino, reaberturas e fechamentos de escolas, as escolas normais, a crise financeira dos estados e seus reflexos na educação, entre outros. A diversidade de temas expostos na imprensa nos faz refletir sobre o poder que tal divulgação podia alcançar e os objetivos que se almejava atingir.

Ao analisar as notícias podemos encontrar algumas respostas que permitem perceber que o tema da reforma perpassava pelo ensino primário nas escolas públicas e também pelo ensino normal (educação para a formação de professores). Quanto aos envolvidos nessa ideia, compreendemos que não só os homens públicos e governantes questionaram a ineficácia e apresentaram propostas de transformação, mas que também a própria sociedade civil se manifestou, demonstrando insatisfação com o

*sistema vigente*⁷, a exemplo dos professores, que viam na imprensa “um mecanismo para apresentarem suas queixas e de algum modo intervir” (SILVA, 2012, p.54), fazendo-se ouvir na busca de solucionar algum problema ou questão no seu cotidiano:

Levamos ao conhecimento do ilustre sr. Dr. Secretário do Interior que o prédio em que funcionava a escola pública do sexo masculino do arraial da Chácara, deste município, ameaça completa ruína e esta quase a desabar. (...) Ora, como esse prédio é próprio do Estado, segundo estamos informados, cumpre que o governo mande repará-lo, senão reconstruí-lo, para que sirva aos fins a que foi destinado, não somente, mas ainda para não acarretar ao Estado possível prejuízo dali originário (CORREIO DE MINAS, 09/11/1897, p.2).

Como demonstra Lenilson da Silva Araújo (2007, p.15), “o jornal [...] era utilizado como a ‘voz pública’ diante de um contexto de grande exclusão política, formando uma ‘esfera pública’ conscientemente utilizada como forma de reivindicação de direitos”. Nesse sentido, os professores também apresentavam suas queixas, usando o jornal como *voz política*.

Queixa-se por nosso intermédio ao sr. Dr. Secretario do interior o sr. Tenente José Marcellino Ribeiro, professor publico de uma das cadeiras primarias da cidade do Pomba, de estar lutando com inúmeras dificuldades de vida, porque o inspetor escolar dali caprichosamente, lhe nega atestados de cumprimento de dever desde o mês de junho do ano corrente (CORREIO DE MINAS, 23/11/1904).

Em uma das notícias publicadas no jornal, foi apresentada uma crítica aos senadores e à lei de nº 41, alegando-se a continuidade do processo de degradação da escola pública no estado de Minas Gerais. Prosseguia-se com reclamações por uma reforma do ensino normal e a alegação de não ser mais possível manter o ensino primário “quase privativamente mantido e provido pelo Estado” (CORREIO DE MINAS, 19/01/1899). Na sequência de notícias que compunham os tabloides diários, a grande preocupação consistia em se pensar numa organização efetiva para as escolas primárias, incluindo professores qualificados, materiais didáticos adequados, instalações de acordo com as exigências higienistas relacionadas às preocupações quanto à saúde mental e física da criança, fiscalização em relação à frequência e métodos eficientes de ensino.

⁷ A participação de membros da sociedade civil nas denúncias e solicitações quanto às reformas do ensino puderam ser observadas em notícias nos jornais e abaixo-assinados produzidos pelos mesmos, nos quais se reivindicavam melhorias nas escolas, substituição de professores e abertura de novas escolas, entre outros.

Os artigos publicados ainda divulgavam a necessidade de se reformar o ensino elementar mineiro⁸, que, naquela época, ainda não possuía um programa definido, e, como os professores eram autônomos para definir o programa, as escolas primárias careciam de uniformidade. Criticavam-se os compêndios e o fato de as matrículas serem feitas em qualquer época, o que por si só inviabilizava a execução de um programa regular de ensino (CORREIO DE MINAS, 24/02/1905). Em suma: a enxurrada de denúncias, reclamações e propostas permaneceu presente no jornal durante os anos seguintes, o que nos leva a pensar que, por bastante tempo, a situação do ensino mineiro permaneceu *precária e deficiente* aos olhos dos articuladores desse periódico.

4 Os interlocutores da Educação: o *Correio de Minas* e seus narradores

O *Correio de Minas* continuou exercendo seu papel de divulgador, embora seja pertinente enfatizar que todos esses meios de expressar o que se passava com a educação mineira representa aspectos de um jogo político, uma forma de persuadir a população de acordo com interesses dos agentes envolvidos. Conforme Gramsci (1999, p. 20), “a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular”. Era assim que o jornal agia, repetindo e insistindo na divulgação dos problemas e nas soluções para a educação, já que esta era a *chave* para que se obtivessem os resultados esperados.

Outro demonstrativo da constante ação na imprensa, a fim de obter o resultado político, pode ser observado no relatório do secretário do interior, Delfim Moreira encaminhado ao presidente do estado sobre o problema do ensino público, em Minas. As principais propostas se referem à formação de professores na escola normal da capital (o estabelecimento modelo) e a aplicação dos recursos antes disponíveis para as escolas normais para a criação de grupos escolares. Segundo o secretário, essas medidas resolveriam o problema do excesso de normalistas para poucas cadeiras (CORREIO DE MINAS, 04/08/1905).

O tabloide também publicou, expondo a data da Câmara Municipal reabrir, inúmeras escolas públicas que anteriormente haviam sido fechadas por falta de

8 Os exemplares dos dias 20/07/1897; 19/01/1899; 08/12/1904; 24/02/1905; 18/02/1906; entre outros, trazem pedidos e projetos para a reforma do ensino elementar e normal em Minas Gerais.

dinheiro ou para melhoramento do ensino (CORREIO DE MINAS, 21/04/1906). Acreditava-se (ou se queria fazer acreditar) que as escolas isoladas existentes desde o Império e que perduraram na República não atendiam as necessidades de governo articuladas ao projeto de civilização, pois nelas faltavam meios eficientes de controle dos professores e alunos pelo poder estatal.

Pelo teor das notícias, percebe-se que o jornal cumpria a função de mensageiro, mediador, o intermediário, embutido de um discurso de neutralidade que já era comum neste tipo de suporte informativo, pois era “dever da imprensa imparcial e independente dar abrigo a uma acusação da mais alta gravidade, que afetava a moral pública” (CORREIO DE MINAS, 09/04/1907). Ao mesmo tempo em que os jornais atuavam como intermediadores dos professores, também davam guarida aos inspetores, preenchendo as suas colunas com várias críticas sobre o professorado, pautadas e legitimadas em depoimentos de pessoas *da maior respeitabilidade*. Em alguns casos, os editoriais esclareciam de forma bastante contundente o porquê de certas publicações:

Em relação à notícia que ontem publicamos, isentando o sr. Inspetor escolar de Rio Novo da acusação de ter contribuído para a desonra de uma professora daquela cidade, temo hoje a acrescentar que fomos procurados por duas pessoas da maior respeitabilidade, e que nos afirmaram ser verdadeira a nossa primeira noticia em todos os seus pontos.(...) Entretanto, devemos declarar que a nossa primeira local foi baseada em informações que nos foram ministradas por pessoas dignas de credito e de respeito, assim como estas linhas são escritas pelo mesmo motivo. (CORREIO DE MINAS, 04/04/1907).

A questão da denúncia entre um inspetor e a professora de Rio Novo se arrastou por alguns dias pelas páginas do jornal. O *Correio de Minas* publicou o trecho acima, confirmando o ocorrido. Os jornais podem ter cumprido um papel de encorajador, ou seja, os professores eram também leitores e, ao depararem-se constantemente com casos de denúncia, de queixas, podem ter impulsionado muitos desses sujeitos a também utilizarem esse meio como um possível porta-voz.

O jogo de forças entre os professores e os agentes do Estado não fez surgir críticas somente por parte dos últimos. Apesar de considerados diversas vezes

incompetentes, os professores também fizeram críticas, contribuindo assim para o debate em torno da instrução.

Um professor público primário escreve para o jornal *Correio de Minas*, fazendo considerações sobre a reforma do ensino:

Sr. Redator – “Tenho acompanhado, cheio de interesse, todos os artigos que o seu jornal tem publicado, sobre instrução publica, desde que entrou em execução a reforma do ensino.(...) Ainda ultimamente li quanto aí foi escrito a propósito de adoção de livros escolares e do horário instituído para os dois grupos dessa bela cidade e tive ocasião de ver mais uma vez, o bom senso com que o Correio de Minas discute todas as questões referentes ao ensino primário (CORREIO DE MINAS, 06/04/1907).

A reforma do ensino, a que se refere o professor, é a Reforma João Pinheiro, de 1906, que instituiu os grupos escolares instalados em Juiz de Fora em 1907. A notícia reforça a ideia já exposta sobre o diálogo entre os professores a partir dos jornais, ou seja, percebem-se nos documentos menções dos professores às suas “constante[s] leitura[s]” dos artigos publicadas nos jornais. O professor da citação acima elogia o *bom senso* do jornal *Correio de Minas* para tratar do ensino, e continua:

Parece, entretanto, que a suprema direção deste importantíssimo departamento de serviço publico encara com descaso e mofa todas quantas objeções procedentes e sensatas se oponham à orientação intransigente da secretaria do interior, sejam quais forem os absurdos que daí decorram. (...) A primeira observação que ocorre é indagar si os inspetores escolares, municipais e distritais, têm a instrução precisa e a necessária competência pedagógica para entrarem no exame e apreciação de questões dessa natureza, de questões que constituem, por si mesmas, bem característica especialidade, quando é licito duvidar-se da própria autoridade pedagógica de não poucos inspetores técnicos e, quem sabe? (CORREIO DE MINAS, 06/04/1907).

A tensa relação entre os professores/inspetores fez surgir vários conflitos, fruto não apenas de desavenças pessoais, mas também devido à relação Estado/docentes, uma disputa pela responsabilidade da melhoria do ensino. De um lado, o Estado culpava os professores; de outro, os professores culpavam o Estado. Materializado na figura dos seus agentes, a exemplo dos inspetores, essa tensão acabava gerando conflitos.

Na crítica acima, o professor questiona o papel instituído aos inspetores com o novo regulamento, que previa uma efetivação da fiscalização no sentido de fazer cumprir as exigências. Nesse caso, a arma utilizada, de forma até irônica, é a mesma que os professores sempre foram acusados, ou seja, o discurso da incompetência. O autor do artigo indaga se o inspetor teria a “necessária competência Pedagógica” para cumprir sua função, já que os mesmos eram “indicado[s] pela direção partidária” (CORREIO DE MINAS, 06/04/1907). Assim, o professor segue sua crítica indagando:

[...] com que direito exige o governo que cidadãos assim investidos prestem, com essa suposta e assídua competência técnica, serviços tais ao Estado? (...) Mas admita-se a hipótese de que todos os inspetores municipais e distritais, não obstante sua procedência suspeita disponha de atributos e predicados pedagógicos que lhes permitam semelhante profícua inspeção. Como poderão eles, nesse caso, operar a transformação das escolas, ainda mesmo lentamente, si o governo, até hoje pelo menos, não cuidou, se quer, de prove-las de material escolar e didático, por mais modesto que este seja? (CORREIO DE MINAS, 06/04/1907).

A crítica do professor, que não assina seu nome na notícia publicada no jornal, contém em seu bojo uma questão que era corrente também entre os inspetores escolares: a discrepância entre a lei e a prática. Nos relatórios dos inspetores encontram-se momentos em que eles argumentam das dificuldades de se fazer valer a lei devido às condições indevidas em que se achavam as escolas.

Assim como os professores, vários atores enxergaram nesse veículo a oportunidade de divulgar e circular pensamentos. Estevam de Oliveira, enquanto articulista, inspetor escolar e proprietário do jornal *Correio de Minas*, teceu várias críticas em suas páginas, uma delas sobre a relação estabelecida entre os municípios e o estado, tida para ele como um grande obstáculo ao desenvolvimento do ensino primário, uma vez que *não existia uma relação de cooperação* entre esses dois poderes, onde o município, para não colocar em risco sua autonomia administrativa, se recusava a ajudar o Estado a resolver questões que deveriam ser conduzidas por ambos. Mas mesmo os municípios que usaram sua autonomia de forma responsável, oferecendo instrução primária paralela as do estado, não desenvolveram uma solução eficaz para disseminação do ensino (SOUZA; ALMEIDA, 2009). Um exemplo disso era a

cidade de Juiz de Fora, que possuía, segundo Estevam, no ano de 1900, sete escolas primárias mantidas paralelamente às escolas do estado, pela municipalidade. Contudo as mesmas não solucionavam o problema do ensino, pois para o inspetor estas vegetam aí a mingua de tudo, ou seja, eram inúteis pois a Câmara não fornecia prédios, não as dotavam de material de ensino, não distribuía livros didáticos aos meninos pobres que a procuram, sem falar da remuneração dos professores que não era atrativa.

Acrescendo a essa situação, Estevam assinala o fato de que o estado mantinha na cidade oito escolas primárias, além da aula prática anexa à escola normal. Tudo isso, segundo o inspetor, se configurava em um desperdício de forças sem menor compensação pois existia um grande número de escolas primárias espalhadas sem utilidade e sem condições materiais, estruturais e higiênicas para funcionarem. Todos esses argumentos utilizados por Estevam serviram para justificar seu projeto de criação dos grupos escolares.

Essa última notícia permite pensar sobre possíveis estratégias particulares, os *jogos de verdade* analisados por Foucault (2001) e presentes nos discursos. Primeiramente, a crise financeira do estado mineiro e da Câmara Municipal de Juiz de Fora era constituída em argumento, o que justificaria o fechamento de escolas e a diminuição de gastos públicos. A mesma notícia também procurava dar visibilidade a medidas que estavam sendo tomadas para o aprimoramento do ensino, frente aos problemas orçamentários. Vemos aí traços de uma estratégia política clássica: a notícia buscava convencer seus leitores da necessidade de redução de gastos e, ao mesmo tempo, procurava seduzi-los ao mostrar o esforço empreendido pelo governo.

5 Considerações finais

Entendendo a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade e para o progresso da nação, Estevam de Oliveira adotou a imprensa como aliada na propagação de suas ideias. Utilizando-se da análise de Hunt (2001) acerca da linguagem enquanto instrumento de poder, é possível relacionar essa perspectiva com o discurso de Estevam. Lynn Hunt mostrou como “a linguagem política podia ser usada retoricamente para criar um senso de comunidade e, ao mesmo tempo, estabelecer

novos campos de luta social, política e cultural [...] [e examinou] a maneira como a prática linguística podia ser um instrumento ativo de poder [...] em vez de simplesmente refletir a realidade social” (HUNT, 2001, p.23).

Seguindo a linha de pensamento de Foucault o discurso é muito mais que “um conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção” (FOUCAULT, 2001, p.9). Ele pode ser entendido como um jogo de “ação e reação, de perguntas e respostas, de dominação e de esquiva, como também de luta”. Para ele, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, de leitura e troca. “O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante” (FOUCAULT, 2008, p.49). Mais que um objeto de desejo, o discurso acontece “pelo poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p.10).

Enquanto conhecedor da relevância dos periódicos e de seu poder de alcance, persuasão e convencimento, Estevam estava consciente de que sua voz ressoaria pela cidade de Juiz de Fora e pelo estado mineiro a partir de seus artigos na imprensa, de seu ideal expresso no periódico, de sua intenção subliminar nas páginas do jornal. Acreditamos não incorrer em erro ao postular que a atuação de Estevam é paradigmática das relações entre jornalismo, impressos e poder.

Considerando a importância da instrução na formação social, pode-se compreender a valorização da instrução pública como recurso político nas páginas do *Correio de Minas*, pela visibilidade conferida às denúncias que envolviam os agentes do estado. Nessa direção, foi possível observar, analisar e entender o jornal como um espaço para relatar e divulgar notícias, mas principalmente, um ambiente utilizado como instrumento de poder.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, v.8, 1948.

ALMEIDA, C. B. **Entre a “tyramnya cruel” e a “pedra fundamental”**: a obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais. 2012. 276f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, F. L. **Geographia do Estado de Minas Geraes**: noções de História do mesmo estado. Belo Horizonte: Programa oficial do Estado de Minas Geraes, 1916.

ARAÚJO, L. S. **Vozes que não se calam**: a experiência de cidadania na primeira República. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

BORGES, R. F. A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Maringá. Maringá, 2006.

BRASIL. **Anuários estatísticos do Brasil, 1908-1912**. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v.1-3, 1916-1927.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CORREIO DE MINAS, Juiz de Fora, 1895-1907.

FARIA FILHO, L. M.; SALES, Z. E. S. Escolarização da infância brasileira: a contribuição do Bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: _____. (Org.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais**: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza, 2009. p.21-44.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 17ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONDRA, J. **Artes de civilizar**: Medicina, Higiene e educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, 562P.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HUNT, L. **A nova história cultural**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

INÁCIO, M. S; SANTOS, M.L; JINZENJI, M. Y . Educação moral, política e instrução: múltiplos olhares em periódicos de Minas Gerais (1829-1835). In: MIZUTA, C. M; FARIA FILHO, L. M; PERIOTTO, M. R. (Orgs.). **Império em debate: imprensa e educação no Brasil Oitocentista**. 1ed.Maringá: Eduem, 2010. p.125-167.

KAPPEL, M. N. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)**. 2010. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del Rei: 2010.

NEVES, L.M.B.N; MOREL, M; FERREIRA, T.M.B.G (Orgs). **História e Imprensa: representações e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, A. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

OLIVEIRA, E. **Reforma do ensino público primário e normal em Minas**. Relatório apresentado ao secretário do Interior. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

SILVA, J. C. S. **Teatros da Modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920**.2009. 321f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, M. G. **“Por meio da resistência”**: processo de profissionalização docente no Manifesto “Ao Professorado de Minas” (1900). 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, C. O. ALMEIDA, C. B. Grupo escolar: uma análise a partir da concepção de Estevam de Oliveira. In: V CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. **Anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais**. Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros, 2009, p.1-7.

Enviado em Julho/2013
Aprovado em Março/2014